

**RELATÓRIO DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO DE POLÍTICA
AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL - GTPAUA
MARIANA/MG, 18 a 20 de março de 2016**

**Cícero Monteiro de Souza
Marcelo de Ataíde silva**

A reunião teve início às 14h e término às 18h do dia 18/03; início às 9h e término 18h do dia 19/03; início às 7h30 e término às 12h do dia 20/03, no Instituto do ICSA, UFOP, Mariana – MG. Na pauta estavam os seguintes tópicos: Informes da Diretoria e das Seções Sindicais; Deliberações do 35º Congresso do ANDES-SN; Código de Mineração; Código Florestal: Marco da Biodiversidade; PEC 215 e Encaminhamentos.

Informes da Diretoria:

- O Fórum dos SPF protocolou no MPOG em 16 de março, a pauta da campanha dos servidores públicos federais para 2016;
- Foi realizada, no fim de semana, de 11 a 13 de março, as reuniões do setor das estaduais (com 12 seções presentes) e das federais (com 24 seções sindicais presentes);
- Dia 22/03, reunião do Fórum dos SPF em Brasília;
- 18 e 19/03, reunião do GT C&T em Campinas;
- Reunião do GTPE de 4 a 6/03, em que foi redigida uma Nota política de repúdio da Base Nacional de Currículo Comum e uma cartilha sobre o “projeto do capital para a educação: análise e ações para a luta” fornecendo subsídios para os debates aos encontros preparatórios ao II Encontro Nacional de Educação que será realizado de 16 a 18 de junho de 2016, em Brasília;
- Convocado pela CSP-Conlutas, para o dia 1º de abril, ato nacional em defesa dos direitos dos trabalhadores;
- TCU delibera que não é obrigatória a cessão do servidor da UF para EBSERH;
- Dias 10 e 11 de maio, eleições para a nova diretoria do ANDES-SN.

Material distribuído previamente por e-mail junto com a circular que convocou a reunião:

Lei 12651 (Código Florestal); Lei 13123 (Marco da Biodiversidade); PEC 53 (emenda constitucional relativa à mineração); PL 5807 (projeto de lei relativo à mineração e criação de Conselho Nacional de Política de Mineração e Agência Nacional de mineração); PLS 1/2013 (projeto de lei do Senado que altera artigo 11 do Código de Mineração) e PEC 215/2000 (emenda constitucional relativa à demarcação de terras indígenas); Cartilha do CIMI sobre a PEC 215/2000; Relatório sobre impactos da PEC 215/2000; Relatório do INCA acerca dos agrotóxicos; Ofício do CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional)

Discussão:

- Todos os documentos são interligados e vêm a favorecer o avanço do capital sobre os recursos naturais e as comunidades originárias e tradicionais, entendendo que os recursos naturais e energia estão interligados ao poder;
- O caso do marco regulatório da mineração (PL 5807) é um processo que vem desde o início da Reforma do Estado iniciado com Bresser Pereira que “enxuga” o Estado, entregando os recursos para a iniciativa privada e criando regulamentações por agências nacionais, assim como as Organizações Sociais para prestar serviços na área da saúde e educação;
- É necessário fazer o enfrentamento aos projetos em andamento e aos que já viraram lei, destacando-os e ampliando o debate e denunciando os envolvidos nesse processo, em particular parlamentares envolvidos. Sobretudo, a maioria dos deputados ligados ao código de mineração, tendo em vista que tiveram suas campanhas eleitorais financiadas por estas, como Samarco. Ademais, outro fato a ser destacado foi o de o Código de Mineração ter saído dos computadores dos advogados da própria Samarco.
- A exigência de um amplo debate sobre o Código de Mineração é imprescindível. Sobretudo, para reiterar que o processo tem sido antidemocrático. Afinal, os minérios são um bem público que, no entanto, a população em geral tem sido a única que não vem participando do debate sobre sua exploração e uso;
- É estratégico, nesse momento, trazer os movimentos sociais politicamente organizados para este enfrentamento junto com o ANDES-SN;
- Nesse contexto, resgatar o papel social da universidade, trazendo esse enfrentamento para o seu interior, é estratégico. Nesse ponto foi destacado o financiamento de pesquisas na universidade que legitimam esse processo, com o contraste de algumas construções para pesquisa são financiadas por empresas privadas, perdendo a sua característica acadêmica e universitária;
- Necessidade de produzir material (Informandes especial sobre as questões e cartilha) para subsidiar a discussão nas seções sindicais, sobre estas regulamentações ao meio ambiente/recursos naturais e os ataques que aos diversos povos e comunidades mais diretamente vinculados a estes recursos;
- É premente a ampliação da discussão junto aos espaços acadêmicos e curriculares, sobre a informação e formação das pessoas em todos os níveis, trazendo aspectos da ecologia, como cadeia trófica, para que se estabeleça espaços de entendimento sobre a importância da preservação dos recursos naturais, pensando em soluções para prevenir desastres como o de Mariana - MG;
- Apontou-se sobre a premência de aprofundar o entendimento da relação entre o marco regulatório e a disputa entre a propriedade do solo e subsolo, com a população diretamente envolvida;
- A necessidade de discutir com a assessoria jurídica do ANDES-SN, sobre as formas e dispositivos de enfrentamento da situação de Mariana – ruptura da barragem da Samarco/Vale/BHP – no sentido de que os responsáveis pelo crime socioambiental sejam criminalizados e punidos pela ação e omissão, de ruptura da barragem em provocando a morte de pessoas, destruição de distritos e cidades, e perda por muitos anos dos recursos naturais ao longo do Rio Doce – MG/ES.

Leitura das resoluções do Congresso;

- Promoção pela CSP-Conlutas do Seminário “Não foi acidente” em 17 de dezembro em Mariana com a presença de 2 participantes do exterior, junto com o Movimento Nacional dos atingidos pelas barragens;
- A situação ambiental e urbana é grave, a exemplo das ações que vêm acontecendo no Rio de Janeiro por conta dos megaeventos (Copa, Olimpíadas, e reorganização das cidades para a remuneração do capital) e como estas vêm impactando a população.
- Frente a esse quadro, organizar estas lutas contra as políticas governamentais que promovem o avanço do capital em detrimento dos recursos naturais e das populações, está no campo da nossa luta enquanto sindicato e enquanto docentes e pesquisadores;
- É necessário reforçar o importantíssimo papel das seções sindicais nestas lutas e, especialmente no caso de Mariana/Samarco, a ADUFOP e outras do entorno, teriam esse papel;
- Destacou-se que a Bahia é outro estado onde a mineração está atuante com possibilidade de causar novas tragédias;
- Foi ressaltado que outras seções sindicais também podem pedir informações sobre Mariana ao Ministério Público, para avançar no enfrentamento político e dar maior visibilidade ao ocorrido;
- É necessário buscar formas de ampliar o debate e denunciar as questões de violências ambientais, de maneira que a população seja envolvida e ajude nesta luta. Considerando que, os empresários e governantes, sempre destacam e se protegem no discurso da geração de empregos que tais atividades proporcionam, além do comércio local, como foi possível observar, conversando com alguns moradores da cidade de Mariana. Ademais, foi lembrado que o rompimento desta barragem, afetou alguns distritos de Mariana, diretamente, e todo o curso do Rio Doce, até o estuário no Espírito Santo. No entanto, a situação está marcada por um horizonte preocupante, haja vista que existem outras barragens que, se romperem, irão afetar diretamente todo o município de Mariana e Ouro Preto;
- Destacou-se ainda que, aqueles moradores que se rebelam contra grandes empresas de mineração que vêm destruindo biomas e o ambiente em sua totalidade, acabam sendo ameaçados de morte ou até mesmo mortos;
- Frente as necessidades nesse quadro sociopolítico e a presente conjuntura política nacional, a questão presente é a de como promover estes debates nas seções sindicais. Nesse sentido os GTs locais têm um papel fundamental, tanto na intensificação do debate, como na produção de materiais informativos e nos enfrentamentos diretamente;
- A professora Lilian, da ADUSP, informou sobre um trabalho de controle sanitário em cães em uma aldeia de SP, e colocou-se à disposição para desenvolver alguma ação com animais afetados pelo crime de Mariana;
- Foi debatido mais especificamente a PEC 215, sendo levantados alguns pontos:
 1. A PEC 215 está na pauta e só não foi votada pela pressão dos movimentos indígenas no congresso;
 2. Como a Constituição diz que são as terras tradicionalmente ocupadas, as populações quilombolas e unidades de conservação passariam a ser demarcadas pelo Congresso também;

3. A aprovação desta PEC intensificará os conflitos socioambientais, devendo o ANDES-SN estar atento à movimentação e participar das mobilizações e fazer o enfrentamento em Brasília, quando houver votação;
 4. Foi solicitado que a coordenação do GTPAUA verifique se haverá uma nova caravana da CSP-Conlutas para a defesa dos Guarani-Kaiowá, e informe para que os membros do GT possam organizar a ida;
 5. Foram levantadas as fragilidades que o avanço do capital vem impondo às comunidades indígenas, especialmente o efeito do alcoolismo e algumas vezes tendo como consequência o suicídio. Frente a isso entendeu-se como necessário que cada seção sindical faça alguma atividade no dia 19 de abril com alguma comunidade indígena;
 6. Foi sugerida a construção de documento contrário à PEC e sobre políticas sociais do governo para os indígenas. E avançando, foram sugeridos alguns filmes e textos sobre a questão indígena: Avaeté - a semente da vingança (filme); Mão branca contra o povo cinza (filme sobre a chapada dos Parecis); relatório Figueiredo sobre extermínio de indígenas, disponível no site da PUC-PR, de forma a serem utilizados pelas seções sindicais em suas ações locais;
- O professor Toledo, da Regional Leste, conseguiu trazer a ex-vereadora Aida Anacleto, para ajudar a instrumentalizar o debate, trazendo elementos outros sobre o crime socioambiental de Mariana.
 - 600 a 700 pessoas no distrito de Bento Rodrigues foram atingidas com o rompimento;
 - Segundo o depoimento de um trabalhador, de 25 anos na mineradora, e que se aposentou e retornou como terceirizado para fazer reparos, foi verificado que a barragem tinha vários pontos de infiltração;
 - As comunidades têm tido o apoio da igreja e das universidades, marcado pela criação de grupos de apoio, onde o MAB da comunidade Barra Longa estava mais atuante;
 - O MP – Guilherme (está acompanhando desde o início) – as questões ligadas aos direitos humanos;
 - Uma ONG, de Ouro Preto, realizou ações que conseguiu salvar muitos animais;
 - Levantada a questão sobre como ficará o abastecimento de água às comunidades indígenas, quilombolas, e ribeirinhos – famílias agrícolas e pescadores artesanais;
 - O governo, pela condução da situação, tem dado demonstração que não tinha critérios para expedir as licenças de exploração. Ademais, a licença da Samarco, foi realizada de forma suspeita;
 - Deputado Tiago Costa (eleito pela mineração) – nativo – organizou movimento pedindo apoio para o retorno da Samarco as atividades;

- Portanto, podemos ver que estamos diante do III Ciclo da mineração, e nada mudou;

20/03

Visita à Barra Longa.

- Barra Longa - primeiro município atingido após Mariana. Durante a visita, foi observada a marca de lama nas casas próximas à margem dos rios, que estão abandonadas. Também nas árvores às margens dos rios, observa-se as marcas bem mais altas que as pessoas. Ainda tem muita lama na margem e cheia de minério de ferro, pela coloração negra. Enquanto ocorria a visita, desceu rio abaixo uma vaca morta com um urubu pousado em cima, muito provavelmente morta pela ingestão de água e sedimento tóxico na margem do rio.

Encaminhamentos:

- Que as secretarias regionais não deixem de pautar em seus encontros regionais, que ainda não ocorreram, especialmente na SR Leste, as questões socioambientais e o crime ambiental da Samarco/Vale/BHP, em Mariana;
- Na realização dos eventos das regionais, e outros que possam acontecer, considerem o nome do professor José Domingues Godói – UFMT, como um nome representativo para aprofundamento do debate, como geólogo especialista em mineração. Esta foi uma indicação unânime, apresentada na reunião;
- Que o GTPAUA busque viabilizar, com a orientação da AJN do ANDES-SN, uma nota sobre o crime ambiental da Samarco;
- Que a SR Leste, em conjunto com as suas Seções Sindicais, busquem junto às instâncias cabíveis – MP – a construção de uma audiência pública envolvendo Samarco/Vale/BHP e os demais implicados. Sobretudo, com a presença de especialista em licenciamento, do movimento docente;
- Que o debate e o enfrentamento à política energética do país, em seus marcos regulatórios, sejam pautados a partir da matriz da soberania nacional, e em defesa do meio ambiente e da vida;
- Que se aproveite a realização do CONAD em Roraima, para destacar todos estes mesmos problemas presentes, naquele estado, uma vez que Roraima já está marcantemente atingido pela exploração, tanto da mineração, como produção de energia para a mineração, com forte impacto para os povos indígenas e para o meio ambiente;
- Que seja produzido material especial das questões do GTPAUA, destacando a relação entre todas estas leis e projetos; o uso inadequado dos recursos hídricos, inclusive para a mineração; a degradação das florestas e os problemas ambientais e hídricos consequentes; a reorganização do território e da vida das pessoas que nela vivem;
- Propor, juntamente com entidades nacionais, uma audiência pública no congresso para marcar o enfrentamento político e denunciar tais questões;

- Realizar reunião do GTPAUA ainda neste semestre, preferencialmente junto com GTC&T – Proposta, em consulta feita ao GTC&T (Fausto), apontou-se para os dias 4 e 5 de junho;
- Frente à necessidade técnica e política de monitorar as áreas do crime ambiental, verificar junto às Assessorias Jurídicas sobre as formas de se conseguir permissão para que grupos de professores das IES possam visitar as áreas atingidas pelo rompimento das barragens da Samarco, e que estão sob a salvaguarda das mineradoras;
- Destacar quem é quem no debate do código da mineração, florestal, marco da biodiversidade e PEC 215;
- Digitalizar os jornais locais – ao longo da bacia do Rio Doce – e divulgar ao conjunto das seções sindicais;
- Indicar à CSP-Conlutas a organização de caravana em defesa dos Guarani_Kaiowá, e outras etnias que estão sofrendo contínuos ataques;
- Que as seções sindicais, dentro das suas possibilidades, construam alguma atividade no dia 19 de abril, em conjunto com alguma comunidade indígena;
- Encaminhar, a quem de direito (MPF, MPMG, Prefeitura, IBAMA, etc.), uma carta de repúdio ao acordo firmado entre União e governos de MG e ES e as mineradoras Samarco, Vale e BHP Billiton. Acordo, que além de deixar a desejar em todos os setores (sociais, ambiental, econômico, industrial, agrícola, urbano, saneamento, turístico) fere os direitos fundamentais da população, a história seminal mineira, ao patrimônio histórico e a produção agropecuária e pesqueira, de pequena e média escala;
- Acompanhar as audiências públicas no STF dos temas discutidos – marco regulatório de mineração, código florestal, PC 215/2000;
- Lutar, no Congresso Nacional, pela abertura de discussões sobre o Marco Regulatório da Mineração, algo que até o momento não aconteceu. O PL 5807/2013 (Dispõe sobre a atividade de mineração, cria o Conselho Nacional de Política Mineral e a Agência Nacional de Mineração - ANM, e dá outras providências) foi pensado ao PL 37/2011 (Dispõe sobre o regime de aproveitamento das substâncias minerais, com exceção dos minérios nucleares, petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos e das substâncias minerais submetidas ao regime de licenciamento de que trata o inciso III do art. 2º do Decreto-lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967) e se encontra na mesa diretora da Câmara Federal para apreciação e deliberação. Considerando que a mineração envolve questões múltiplas e multifacetadas; portanto, a aprovação e implantação de um novo marco regulatório impõe a obrigatoriedade de ouvir as populações diretamente afetadas e garantir a participação nos debates, bem como dos demais seguimentos da sociedade brasileira, visto que a indústria mineral tem relação não só com os locais onde se estabelece, quanto com as demais regiões do país influenciado e sendo influenciada pelo modelo de nação que se pretende construir. De nada adianta o MME e as empresas de mineração afirmar que a mineração é de interesse público, deixando de fora o público e não possibilitando a participação e manifestação do público. Ademais, não apenas a mineração ligada ao setor industrial, mas também de energia nuclear com a entrada de capitais privados, uma vez que, apesar das reservas já conhecidas (7ª maior do mundo) serem suficientes para atender o programa nuclear brasileiro e até sobrando para exportação, o Brasil segue sendo um importador de urânio;
- Empreender ações pela rejeição da PEC 53/2014 que pretende dar nova redação aos artigos 21 (que trata da competência da União) e 177 (que define o que constitui

monopólio da União) da Constituição Federal, para permitir que a União delegue às empresas privadas a execução das atividades de pesquisa, lavra e comércio de minérios e minerais radioativos. Conforme deixa claro a Agência Senado a “Proposta de Emenda 53/2014 à Constituição, que quebra o monopólio estatal sobre os minerais e minérios nucleares, espera a indicação de um relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Apresentada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), a iniciativa integra a Agenda Brasil — conjunto de propostas reunidas pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, com a retórica de estimular o crescimento do país;

- Avaliar o texto da “PEC 215 - Ameaças aos Direitos dos Povos Indígenas, Quilombolas e Meio Ambiente”, publicada pelo Conselho Indigenista Missionário Regional Sul – Equipe Florianópolis, considerando: “Após a aprovação da Constituição Federal em 5 de outubro de 1988, os direitos indígenas foram lentamente, sendo colocados em prática. Algumas poucas terras foram sendo demarcadas. Na medida em que, as demarcações avançavam, foram crescendo as manifestações contrárias aos direitos indígenas. Pessoas, empresas e, especialmente, fazendeiros e donos de empresas mineradoras começaram a se manifestar contra. A questão é que esses grupos econômicos ajudaram a eleger muitos deputados e assim, esses deputados, em troca, irão defender os interesses dos fazendeiros e mineradoras contra os indígenas. Os deputados que defendem os fazendeiros ou que também são fazendeiros — a chamada bancada ruralista— são em grande número no Congresso Nacional, eles se unem e se articulam para defender apenas seus interesses. Desde 1988, com muita luta e mobilização, os povos indígenas, suas organizações, aliados e parceiros da sociedade brasileira impediram que seus direitos fossem reduzidos. Se por um lado a luta indígena impediu a redução dos direitos, por outro tiveram poucas conquistas de novos direitos. Como exemplo, temos o novo Estatuto dos Povos Indígenas que continua paralisado na Câmara dos Deputados desde 1994. Como exemplo positivo temos o reconhecimento da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 2003. Se os deputados têm tanto interesse em decidir sobre a demarcação das terras indígenas não é porque eles querem ajudar os povos indígenas. É exatamente contrário, eles dizem que os indígenas têm muita terra e que está na hora de parar as demarcações. Inclusive querem rever as terras já demarcadas.”;

- Empreender ações pelo arquivamento da PEC 215/2000, que acrescenta o inciso XVIII ao art. 49; modifica o § 4º e acrescenta o § 8º, ambos no art. 231, da Constituição Federal. Se aprovada a proposição, a mesma incluirá dentre as competências exclusivas do Congresso Nacional, a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a ratificação das demarcações já homologadas; estabelecendo que os critérios e procedimentos de demarcação serão regulamentados por lei;

- Integrar-se às lutas pela demarcação das terras indígenas nos termos previstos pela Constituição Federal de 1988 e ainda não cumprido pela União;

- Que o Andes-SN e suas seções sindicais organizem eventos e manifestações relacionados à defesa dos direitos dos povos indígenas no dia 19 de abril (Dia do Índio);

- Que o ANDES-SN se manifeste cumprimentando o INCA – Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes Silva pelos posicionamentos acerca do uso dos agrotóxicos no Brasil e alertando a sociedade brasileira para os riscos da ampla contaminação causada pelos mesmos e as consequências sobre a saúde humana;

- Que a Regional Rio de Janeiro e suas respectivas seções sindicais se articulem com o Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro para se manifestarem durante

o período de realização das olimpíadas acerca do legado do evento, isto é: - “uma cidade mais desigual, com a exclusão de milhares de famílias e a destruição de comunidades inteiras, além da apropriação da maior parte dos benefícios por poucos agentes econômicos e sociais.”;

- Considerando a deliberação do 35º Congresso do ANDES-SN de “Intensificar a luta nacional e local, em unidade com os demais movimentos sociais, contra a política energética e ambiental imposta pelo governo federal – Código de Mineração, Código Florestal, Marco da Biodiversidade e PEC 215/2000, aprofundando o debate nas seções sindicais e nos encontros regionais do ANDES-SN”; considerando a situação emblemática que tem o Estado de Roraima em relação aos conflitos agrários, indígenas, minerais, energéticos e ambientais brasileiros; bem como considerando a deliberação pelo 60º CONAD que o 61º CONAD realizar-se-á na cidade de BOA VISTA – RORAIMA: que seja organizado, em Boa Vista-RR, um evento nacional, antecedendo o 61º CONAD, para tratar de tais questões, dar visibilidade e conhecimento aos sindicalizados e demais membros da comunidade universitária da base do sindicato sobre o que vem ocorrendo na região. Em Roraima, o encaminhamento de tais conflitos pautará o rumo que provavelmente orientará as definições para as demais regiões brasileiras, especialmente, a amazônica.